

# Pauta de REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CAPIXABAS AO GOVERNO DO Espírito Santo

A Central Única dos Trabalhadores do Espírito Santo – CUT/ES, que conta hoje com 76 sindicatos filiados, representando 335.800 trabalhadores filiados e cerca de 1 milhão na base de representação, a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo – FAMOPES, que conta hoje com 19 federações de associações de moradores de todo o Estado e movimentos populares específicos, representando 450 mil cidadãos(ãs) capixabas; e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo - FETAES, que conta com 56 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais filiados, representando quase 100 mil filiados e 450 mil na base de representação, através do presente documento, apresentam ao governo do Estado do Espírito Santo uma pauta de reivindicações por ocasião do Dia do(a) Trabalhador(a).

A elaboração da presente pauta é fruto de muita discussão e da vivência dos movimentos sociais populares organizados em nosso Estado. Nela estão contidas propostas de políticas públicas que defendemos como de interesse da classe trabalhadora e da população capixaba.

Cabe lembrar que constam da pauta ora apresentada proposições já apresentadas quando elaboramos e entregamos aos então postulantes ao governo do Estado a “Plataforma dos Movimentos Sociais para as Eleições 2010 no Espírito Santo”.

Acreditamos poder contar com a receptividade e sensibilidade do governador e de seu secretariado, a fim de que seu governo contemple as demandas apresentadas pelos representantes das organizações populares capixabas aqui representando trabalhadores(as) do campo e da cidade, bem como representantes de movimentos de luta por cidadania e ampliação de direitos.

Salientamos ainda que tal atitude por parte dos movimentos sociais populares inaugura uma relação que envolve os atores sociais e políticos de nosso Estado, dando sequência a uma

relação já iniciada no governo passado e que nos coloca como protagonistas de uma experiência inovadora na política capixaba.

Por isso a CUT, a FAMOPES e a FETAES, aliadas a suas entidades filiadas elaboraram a presente pauta que ora apresentamos para apreciação e chamada ao compromisso com os anseios da sociedade.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E MOVIMENTOS POPULARES DO  
ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO

Vitória, ES – 18 de março de 2011

## PISO SALARIAL ESTADUAL SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO

O Espírito Santo conta hoje com índices de desenvolvimento superiores aos de demais estados da União, com um ciclo de crescimento econômico visivelmente perceptível. No entanto, não se percebe nenhuma política de distribuição de renda que vislumbre uma maior participação do trabalhador capixaba na riqueza gerada no Estado. Diante disso, reivindicamos do governo do Estado que institua o Piso Salarial Estadual superior ao salário mínimo.

Entendemos que a realidade da economia capixaba permite a instituição desta medida. A produção industrial capixaba tem crescido com índices superiores aos da média nacional, o que, conseqüentemente, tem gerado maior arrecadação por parte do governo estadual e das administrações municipais, bem como maior lucratividade por parte das empresas locais.

Trata-se esta medida de política local de maior distribuição de renda e geradora de estímulo às economias municipais e estadual.

A título de informação, já praticam pisos salariais regionais os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

## 2) CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO

O movimento sindical acompanhou com apreensão o início do atual governo, quando se extinguiu a Setades e, na Secretaria que a substituiu, extinguiu-se também a rubrica "trabalho". Nossa apreensão foi levada ao governo do Estado, que ainda não nos atendeu no tocante à inclusão da rubrica, mesmo tendo incluído na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Subsecretaria do Trabalho.

Ao vislumbrarmos o crescimento econômico e industrial que se avizinha para o Espírito Santo, principalmente no setor petrolífero, bem como em demais várias áreas (construção civil, mobiliário, serviços, etc), entendemos como indispensável a atuação pulsante de uma secretaria voltada exclusivamente para o mundo do trabalho, com a função de qualificar e requalificar trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho, gerenciar políticas de gerenciamento de emprego e renda, bem como acompanhar atentamente a evolução do emprego e da empregabilidade em nosso Estado.

Os movimentos populares entendem que é função do governo interferir na economia de forma a promover seu desenvolvimento e a geração de emprego e renda. Nesse sentido reivindicamos a criação da Secretaria de Estado do Trabalho como consolidação do compromisso por parte do governo do Estado com o desenvolvimento de políticas consistentes no sentido de gerar emprego e renda para os trabalhadores capixabas. Como parte dessas políticas citamos o incentivo ao microcrédito, a formação profissional, o incentivo ao turismo, entre outras medidas como fortes campos de atuação da intervenção governamental para ampliar a oferta de emprego e renda para a população. Nesse sentido, reivindicamos que o governo amplie linhas de crédito voltadas para o financiamento de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Outro importante ponto na geração de emprego e renda é desenvolver linhas especiais de crédito, via Bandes, para pequenos produtores rurais, cujo financiamento hoje se limita à ação do Banco do Brasil e em escala bem reduzida, do Banestes. Como banco estadual e com capilaridade em todo o Estado, o Banestes torna-se elemento fundamental na distribuição e divulgação de tais linhas de crédito.

Nesse sentido, solicitamos ao governo do Estado a criação da Secretaria de Estado do Trabalho.

### 3) CRIAÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER

Os movimentos sociais reivindicam do governo do Estado a criação da Secretaria Especial da Mulher, nos moldes do que acontece no governo federal, com orçamento própria e antenada com as demandas dos movimentos de mulheres urbanas e rurais de nosso estado. A secretaria, entre outras ações, vai ser um elemento fundamental no combate à violência doméstica e na promoção integral da mulher em suas especificidades e demandas próprias. Entendemos como ações prioritárias da

Secretaria, em conjunto com o governo do Estado e outras secretarias de estado os seguintes pontos:

\* Criação de uma eficiente rede de enfrentamento à violência doméstica, para a qual o poder público deverá prover:

\* Criar em todos os municípios Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher e equipar e capacitar profissional para o atendimento a vítima com funcionamento de 24 horas, incluindo aos sábados, domingos e feriados.

\* Nomear a cada delegacia uma Delegada, uma promotora, uma policial com intimidade com da Lei Maria da Penha para atender as mulheres vítimas da violência domésticas.

\* Criar um maior número de casas abrigo e casas de passagem com estrutura física e pessoal capacitados para o atendimento à mulher, com o funcionamento de 24 horas, incluindo aos sábados, domingos e feriados.

\* Que a gestão da Casa Abrigo de Vitória passe a ser de responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos. Com Operadores da Justiça antenados com a Lei Maria da Penha e com todos os seus preceitos.

\* Que a violência contra a mulher seja tratada nas delegacias como um crime, que é o que determina a lei, e que, portanto, o agressor seja tratado como criminoso. E que se cumpram os artigos 30 e 35, inciso V da Lei Maria da Penha, no diz respeito ao atendimento da equipe multidisciplinar junto ao agressor.

\* Formação para os operadores da Justiça e da saúde em cursos sobre opressão de gênero e raça, a fim de que acabe o machismo e o racismo nas próprias delegacias.

- É dever do Estado assumir o pacto firmado com o governo federal em dezembro de 2007, como forma de buscar o envolvimento de todos os atores sociais no enfrentamento à violência doméstica.

- Desenvolver um programa para registro das ocorrências de violência doméstica integrado entre Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Hospitais e Centros de Referência de Atendimento às mulheres, objetivando registrar e fornecer dados sobre a violência contra as mulheres no Espírito Santo (criar um sistema específico de informação e registro sobre violência contra a mulher no município, buscando parcerias com os núcleos universitários e ONG'S feministas).

- Elaborar pesquisas sobre a realidade da violência de gênero e a prostituição infantil que direcionem as políticas de combate à violência.

- Promover campanhas educativas a não violência, doméstica, sexual, contra meninas, adolescentes e mulheres, assim como incentivar a formalização da denúncia quando em situação de violência.
- Criar juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes.
- Melhorar o atendimento às mulheres em situação de violência nos centros de referência de assistência social.

#### 4) CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE

O Espírito Santo fica a reboque de outros estados que já possuem secretarias específicas para a juventude quando deixa que área tão importante na estratégia de combate à pobreza e à marginalidade não tenha uma ação prioritária nas políticas do Estado. Ao mesmo tempo, ao incorporar ao seu secretariado a pasta da Juventude, o governo do Estado passa a se comprometer de forma mais ostensiva com a promoção da juventude na busca por empregos de qualidade, contribuindo para a escolarização de nossos jovens, bem como para o combate à sedução do vício, das drogas e da delinquência.

A juventude brasileira sofre historicamente com o descaso de políticas públicas específicas voltadas para seus interesses. Entre esses interesses citamos qualificação profissional, oportunidade de empregos, atividades culturais e esportivas, banco de estágios, entre outras várias ações com vistas a promover a cidadania plena de nossa juventude estudantil e trabalhadora.

É necessário também que o governo do Estado providencie a criação do Conselho Estadual de Juventude, conforme determina a Lei 8594/07.

Nesse sentido, solicitamos ao governo do Estado a criação da Secretaria de Estado da Juventude.

#### 5) CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Os movimentos sociais reivindicam ao governo da Estado a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF, conforme proposta elaborada pelo Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário no Espírito Santo.

A agricultura familiar responde substancialmente pela oferta de alimentos em todo o Brasil. É ela também que garante a fixação do homem no campo, gerando uma circulação de mercadorias e gerando receita e empregos. No entanto, ela carece de

maior atenção do poder público, uma vez que o acesso a novas tecnologias, a linhas de crédito especiais, a diversificação da produção, entre tantos outros aspectos técnicos, é precário e muitas vezes inexistente. Da mesma forma, entendemos como necessária uma política de desenvolvimento rural que inclua o homem e a mulher do campo e suas funções no espectro de políticas públicas específicas voltadas para o desenvolvimento rural e para a reprodução e utilização de inovações técnicas e tecnológicas a bem de maior produtividade e competitividade.

## 6) POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O crescimento econômico verificado no Brasil nos últimos anos, bem como a grande expansão na criação do número de postos de trabalho cobra do país uma fatura antiga: o investimento em educação e em ensino profissionalizante. O país se vê agora em uma situação de quase pleno emprego, ao mesmo tempo em que grande parte de seu contingente de trabalhadores desempregados não está apto a ocupar as vagas geradas e oferecidas. No Espírito Santo a situação se repete.

A adoção de políticas públicas para a qualificação profissional não pode se basear apenas em mecanismos como o Sistema S ou as escolas técnicas, que não atingem a maior parte da população. Ela deve ser definida com critérios na capilaridade, alcance a todas as regiões e áreas de atividade (ramos). É necessário um criterioso e sério estudo sobre os investimentos da educação pública que devem ser revertidos para a adoção de uma séria política de qualificação profissional, bem como a utilização da estrutura física das escolas públicas, que alcançam todos os municípios do Estado.

Tratamos aqui de capacitação profissional nas mais diferenciadas áreas, como indústria, cultura, comércio e serviços, artesanato e pesca, trabalho rural, turismo e agroturismo, desenvolvimento portuário e aduaneiro, entre tantas outras.

Para tratar da geração de mão de obra qualificada no Espírito Santo, também entendemos ser de grande relevância social a criação de uma Instituição Pública de Educação Superior, voltada para formação de quadros profissionais que venham atender à demanda crescente no estado por mão de obra especializada. Entendemos que tal instituição não tenha apenas o caráter formador profissional estritamente técnico, mas que invista na formação de seus alunos para o exercício da cidadania.

No setor de obras públicas, é importante a utilização do Grupo IMMO (Intermediador Massivo de Mão de Obra) com alto grau de experiência na capacitação e qualificação profissional no Estado.

Ainda no campo da qualificação profissional, reivindicamos que o governo desenvolva ferramentas que propiciem a qualificação no sentido de promoção do trabalhador terceirizado no serviço público (trabalhadores em construção, asseio e conservação, segurança, etc). Também é salutar que o governo exija de empresas de outros estados contratadas para serviços no Estado que priorizem a contratação de mão de obra local, como ferramenta política de geração de emprego e renda para a população capixaba.

Nesse campo reivindicamos ainda a regulamentação das comissões estadual e municipais do trabalho e emprego, transformando-as em conselhos deliberativos.

## 7) EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os trabalhadores e trabalhadoras em Educação pública na rede estadual de ensino têm lutado permanentemente para que a qualidade na educação seja uma política de estado. Entendemos que a qualidade na educação pública, também pretendida pelo governo estadual, passa pela democratização da escola pública e pelo fim da ingerência política em sua gestão. Para garantir tal democratização, entendemos ser vital a instituição de processo de eleição direta para diretores e coordenadores de escolas, o que reivindicamos para a rede estadual de educação. Também reivindicamos como premissa para a qualidade na educação a valorização do magistério, partindo-se de uma conquista nacional que é o Piso Salarial Profissional Nacional, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Lula. Reivindicamos a implantação do PSPN, com um plano de carreira que permita ao professor dedicar-se com integralidade à profissão de educador.

Reivindicamos ainda que o governo amplie o acesso à educação infantil em horário integral e creches, bem como adote medidas para capacitar os servidores(as) públicos(as) em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir políticas de igualdade a partir do ambiente escolar. Embora a responsabilidade do ensino básico seja atribuição das administrações municipais, entendemos que o governo do Estado pode criar mecanismos de incentivo às mesmas para aprimoramento da educação infantil e básica. Além disso, deve o governo estadual estimular e fortalecer os Conselhos de Escola, bem como o Conselho Estadual de Educação.

### Cumprimento de Lei na Educação

Reivindicamos em caráter de urgência que o governo do Estado faça valer no Espírito Santo o cumprimento e aplicação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da Educação Básica, tanto públicos quanto privados. A imensa parcela de nossa população descendente de africanos não pode ficar à margem do conhecimento da história de sua cultura e de sua história. Da mesma forma, a parcela não afrodescendente precisa



conhecer esta rica história para, a partir dela, passar a ter maior respeito e apreço por essa importante parcela de nossa população, entendendo sua crucial colaboração para a criação da sociedade que temos hoje.

## 8) UNIVERSIDADE ESTADUAL

Os movimentos sociais reivindicam que o governo ou sua base parlamentar elabore projeto de lei no sentido de garantir a destinação de parte dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo à instalação e manutenção de uma universidade estadual, que tenha como objetivo, além da oferta de cursos de graduação, a formação permanente e continuada dos trabalhadores em educação pública da Rede Estadual de Ensino. Tal aplicação se daria a partir da criação de um “Fundo Social” a ser mantido com recursos provenientes dos *royalties* a serem arrecadados com a exploração de petróleo da camada pré-sal.

A universidade, enquanto espaço de conhecimento científico e tecnológico, firma-se no tripé Ensino/Pesquisa/Extensão como pilares da ação educativa voltada para a sociedade. O Espírito Santo é o único estado da região Sudeste que não possui uma universidade estadual pública voltada para o desenvolvimento do saber científico e a democratização desse saber. As atividades de ensino em uma universidade estadual podem gerar um centro de excelência no saber, ao mesmo tempo que as atividades de pesquisa e extensão podem atuar como canais de interlocução entre a mesma e a sociedade, a fim de que ela gere pesquisas que reflitam a real necessidade de nossa sociedade.

## 9) POLÍTICA PERMANENTE DE PREVENÇÃO E COMBATE A ACIDENTES NO TRABALHO

Os movimentos sociais entendem que o ambiente de trabalho deve ser propício não apenas à reprodução do trabalho, mas também deve fornecer condições ideais para seu desenvolvimento, promovendo o bem estar e garantindo segurança para o trabalhador. Nesse sentido, reivindicamos do governo do Estado que desenvolva políticas públicas voltadas para a prevenção e combate ao acidente de trabalho. Nesse sentido, é imprescindível a realização de uma ampla campanha no sentido de alertar empresas e empregados sobre a necessidade de se investir em segurança individual e coletiva no ambiente de trabalho.

No Espírito Santo, somente na indústria da construção civil da Grande Vitória, em 2009, foram registradas 22 mortes de trabalhadores. No setor de mármore e granito as mutilações e mortes alimentam uma rotina sinistra de acidentes. Além desses mortos,



centenas de outros se acidentaram. Assim como nesses setores, vários outros registram acidentes, adoecimentos e mortes que causam tristeza e dor em milhares de famílias.

Um dado intrigante em relação a acidente e mortes no trabalho é que a Delegacia Especializada do Trabalho, órgão da Polícia Civil de nosso Estado, embora investigue e instaure inquéritos relativos a acidentes, não tem como garantir qualquer punição a eventuais culpados. Ou por que o Ministério Público não denuncia ou por que os inquéritos acabam arquivados na burocracia ou no descaso para com o tema. Nesse sentido os movimentos sociais reivindicam que o governo do Estado amplie a atuação das Delegacias Especializadas do Trabalho, instalando novas unidades no norte (Linhares) e sul (Cachoeiro de Itapemirim) do estado, bem como determine aos titulares de cada unidade (delegado) que comuniquem ao Conselho Estadual do Trabalho os acidentes que são objetos de inquérito e investigação, bem como o relatório desses procedimentos.

Uma ampla campanha, envolvendo ações e organismos públicos, pode ajudar a diminuir esses números tão tristes para nossa economia e para as famílias de trabalhadores vitimados. Tais ações devem ser voltadas para os trabalhadores, a fim de que exercitem a prática do trabalho seguro e também às empresas, a fim de que promovam a segurança no trabalho como ganho de produtividade. Devem ainda se estender ao governo e órgãos públicos, uma vez que entendemos como função do governo a fiscalização de locais de trabalho de forma a coibir situações que possam gerar acidentes.

Com relação a empresas contratadas pelo poder público, reivindicamos que o governo exija das mesmas histórico de acidentes de trabalho e políticas de prevenção e combate aos mesmos.

## 10) ATENDIMENTO AO AGRICULTOR FAMILIAR E TRABALHADOR RURAL

Reivindicamos do governo do Estado:

- Ampliar para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a contrapartida por unidade habitacional, com o intuito de garantir a utilização de mão-de-obra paga;
- Promover a arrecadação das terras devolutas estaduais acima de 4 módulos fiscais para fins de reforma agrária, bem como regularizar a situação dos posseiros que possuam área inferior a 4 módulos fiscais;
- Ampliação do programa “produtores de água” para todas as regiões;
- Criação de um programa próprio do Estado, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garanta a aquisição por outras entidades de alimentos oriundos da agricultura familiar;

- Incluir no calendário oficial de eventos do Estado a Feira da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Espírito Santo (FEAFES), garantindo com isso a infra-estrutura e parcerias necessárias para sua realização.
- Garantir à infância e juventude rural uma educação diferenciada baseada na Pedagogia da Alternância, a saber: A Pedagogia da Alternância é uma alternativa para a Educação no campo, já que o ensino nesse contexto não contempla as especificidades e as necessidades da população que vive no meio rural. Alguns problemas educacionais encontrados nas escolas no meio rural dão origem à necessidade de uma proposta educacional específica para o campo. Alguns problemas que podem ser enumerados são: a escola desvinculada da realidade local, a falta de recursos para atividades básicas do campo, a necessidade dos alunos ficarem na propriedade com sua família para trabalhar e terem dificuldades de acompanhar o calendário tradicional das escolas, a desvalorização da escola multisseriada e a falta de vagas nas escolas agrotécnicas. De maneira geral, a Pedagogia da Alternância trabalha com a experiência concreta do aluno, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive o aluno e que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade.

#### 11) POLÍTICA PORTUÁRIA

O Espírito Santo tem suas portas abertas para o mar, através de seus diversos portos espalhados pela costa capixaba. Nossa estrutura portuária é eficiente e geradora de empregos e lucros. No entanto, o estado se vê hoje na condição de impossibilidade de ampliação de sua capacidade aduaneira devido à inexistência de um porto de águas profundas. O primeiro anúncio nesse sentido dá conta de que a construção do referido porto seja uma iniciativa empresarial. Nesse sentido os movimentos populares reivindicam a criação de um porto público de águas profundas no Espírito Santo, como garantia de que os interesses do Estado não sejam sobrepujados por interesses de grupos e ainda como forma de o Estado preservar a excelência de sua malha portuária.

#### 12) POLÍTICAS DE SAÚDE E DESCENTRALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO À SAÚDE

Os movimentos sociais populares acompanham atentamente os problemas vividos na saúde pública capixaba. Reivindicamos do governo do Estado uma ação contundente para a resolução de tais problemas. E entendemos ser imprescindível a descentralização do atendimento nos casos de urgência e emergência, bem como de exames especializados. O interior do Estado padece da falta de hospitais regionais de referência, que atendam a demanda por procedimentos como cirurgias, consultas e exames especializados, o que sobrecarrega a rede de atendimento na Grande Vitória. Reivindicamos que o governo do Estado proceda à construção de centros regionais de referência em saúde pública, com oferta de cirurgias eletivas e de urgência e emergência, bem como de exames e consultas especializadas. Para tanto,

reivindicamos a construção de 1 hospital regional em cada microrregião de gestão administrativa.

O recente anúncio de que Vitória será a primeira capital brasileira com 100% de esgoto tratado é muito bem vindo. No entanto, o saneamento básico continua sendo questão fundamental quando se trata de saúde pública. Os movimentos populares reivindicam que o governo envide maiores esforços na questão do tratamento dos esgotos, bem como maior oferta de unidades de saúde que atuem na medicina preventiva.

Reivindicamos ainda políticas públicas que possibilitem assistência integral à infância e à velhice, bem como políticas de saúde específicas para mulheres e negros(as).

Os movimentos populares reivindicam ainda que o governo do Estado implante a Mesa Estadual de Negociação do SUS, fortalecendo e melhorando as condições do trabalhador do SUS, bem como dos serviços ofertados aos usuários.

### 13) POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A violência urbana no Estado do Espírito Santo alcançou índices inadmissíveis, inclusive estendendo-se para o interior, e até nas propriedades rurais. Diante desta situação, os movimentos populares apresentam ao governo do Estado as seguintes reivindicações:

O Estado deve desencadear uma atuação enérgica e prioritária no desenvolvimento de uma política pública de segurança elaborada em conjunto pela sociedade civil e os órgãos públicos demandados pela complexidade desta questão, quais sejam as polícias, as secretarias sociais de governo, os sistemas penitenciário e judiciário, bem como as prefeituras, de forma trans-setorial.

Que o Conselho Estadual de Segurança Pública- COESP, seguindo os moldes do CONASP, já criado por decreto do governo passado, tenha o seu processo eleitoral deflagrado e a eleição de seus membros realizada ainda neste 1º semestre de 2011. Que a divulgação das modalidades de participação no processo seja amplamente divulgada em todo o Estado para que as entidades sociais possam participar de forma democrática.

Diante do gravíssimo quadro de consumo de drogas do qual se tem notícia no Estado, entendemos que o Estado deve desenvolver uma agressiva campanha de combate ao crack (subproduto da cocaína), que tem viciado um número crescente e alarmante de jovens e adultos, desagregado famílias e se tornado uma presença constante e desconfortante em todos os lugares de convivência social. O investimento em clínicas e abrigos para auxiliar o dependente a abandonar o vício é um importante passo na constituição de uma política de combate à narcodependência.

Quanto aos direitos humanos, é dever do Estado garantir a integridade física e moral de detentos sob sua guarda, sejam eles maiores ou menores de idade. Da mesma forma, deve o Poder Público definir políticas de proteção aos defensores dos direitos humanos, que se vêem constantemente ameaçados de morte devido ao trabalho que desenvolvem.

#### 14) POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Os movimentos Organizados por moradia do Estado do Espírito Santo – UNMP/ES, MNLM/ES, reivindicam uma política de habitação que desenvolva um trabalho para diminuir o déficit habitacional de nosso estado.

Regularização Fundiária e reformas de moradias

a) Reivindicamos a imediata regularização fundiária de Interesse Social dos Imóveis do domínio do Estado e, em parceria com os Municípios, para atender as situações de litígios, através dos programas Habitacionais e de Regularização Fundiária, nas ações de Reintegração de Posse ou correlatas, recomendando-se a citação pessoal dos réus, na realização de Audiências prévias de conciliação precedidas de inspeção Judicial no local do Litígio e o exame do cumprimento da função social da propriedade e da posse, garantindo a participação das Comunidades envolvidas, dos Movimentos Sociais que lutam por Moradia nas negociações de Conflitos Fundiários Urbano e Rural, conforme Lei 11.977, de 07/07/2009.

b) Reivindicamos a aplicação de instrumentos para a Regularização Fundiária de Interesse Social, como a concessão de uso especial para fins de Moradia, o usucapião urbano, a concessão de direito real de uso, a demarcação urbanística, a legitimação de posse e demarcação de zonas especiais de interesse social, garantindo a permanência da população moradora.

c) Reivindicamos que o governo faça a Regularização Fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, com viabilização de projetos inseridos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Construção de novas moradias

a) Reivindicamos que o governo promova parceria com os movimentos organizados por moradia no Estado do Espírito Santo *UNMP/ES, MNLM/ES* e as Prefeituras para que seja agilizado o programa Minha Casa Minha Vida, especialmente para famílias de 0 a 3 (três) Salários Mínimos. Nesse sentido, nos Municípios onde existam áreas pertencente ao Estado, que tecnicamente e Judicialmente possam ser designadas a este projeto, deveria o Governador disponibilizar as mesmas aos movimentos organizados por moradia e ou às Prefeituras para esse fim específico.

b) Em Municípios onde o Governo não possua terras, o mesmo deverá fazer convênios junto aos movimentos organizados e as Prefeituras, para conseguir outras terras particulares para esse fim, e o Poder Público garantir a Infra estrutura em projetos de Interesse Social Minha Casa Minha Vida, que os Movimentos venham a construir nos Municípios.

c) Reivindicamos que o governo implante projetos de provisão de Habitação de Interesse Social, em especial aqueles financiados com recursos do Governo Federal no Programa Minha Casa Minha Vida, elaborar e implementar Políticas Públicas integradas que visem garantir o direito a Moradia adequada e o direito a cidade.

d) Reivindicamos que o Poder Público Estadual garanta o exercício da democracia e parceria na elaboração de projetos e construções dos Programas de Habitação de Interesses Sociais assegurando o direito à Assistência Técnica Pública e gratuita na forma da Lei 11.888/24/12/2008

e) Reivindicamos que seja respeitado o critério da unificação do cadastro nacional das famílias beneficiadas por programas de Habitação de Interesse Social e de regularização fundiária, e garantir o fortalecimento Institucional dos Conselhos Estadual e Municipais das Cidades.

f) Reivindicamos que o governo, juntamente com os Movimentos Organizados por Moradia, incentive campanhas públicas de conscientização do direito à moradia e às cidades, bem como identifique, mapeie e elabore cadastro de imóveis públicos urbanos vazios e/ou subutilizados de seu domínio para fins de cumprimento de sua função social.

## 15) POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE

Os movimentos populares capixabas também abraçam a causa ambiental e o desenvolvimento sustentado de nossa economia. Nesse sentido, reivindicamos do poder público que sejam criadas condições para a produção de conhecimento acerca dos impactos e conseqüências do aquecimento global sobre as cidades da Grande Vitória e do interior. Para tanto, entendemos ser preciso, em parceria com as instituições de ensino públicas e privadas, empresas públicas, de economia mista e privadas e prefeituras estimular a produção de estudos, que pensem soluções de convivência e adaptação aos novos tempos.

Tais estudos devem se dar forma a se iniciar o planejamento de ações necessárias para enfrentar as conseqüências do aquecimento global, de forma a preservar as cidades, o campo e as populações em situação mais vulnerável integrando em todo o planejamento do Estado e dos municípios, geral ou setorial, a variável mudança climática.

O Estado deve desenvolver estudos para conhecer com a maior previsão possível como a elevação do nível do mar impactará nosso litoral densamente povoado e como enfrentar tal desafio.

Reivindicamos que o poder público incentive o aumento da cobertura florestal do Estado, sobretudo com a recuperação do Bioma da Mata Atlântica, preservando as nascentes e matas ciliares dos córregos e rios, bem como, em conjunto com o Estado de Minas Gerais, revitalizar o Rio Doce.

Também reivindicamos a ampliação das Unidades de Conservação, conscientizando as populações de seu entorno de sua importância para a vida de todos. Como também o aumento das ações de fiscalização para impedir a contínua degradação das Áreas de Proteção Permanente combatendo a destruição da cobertura vegetal e também a captura de espécies animais, vegetais, aves e pássaros.

Com o mesmo objetivo de defesa do meio ambiente, o Estado deve criar na Constituição Estadual o conceito de construções sustentáveis, com o objetivo de incorporar a variável mudança climática. Tal proposição deverá fixar prazo para o Estado e os municípios se adequarem. Nesse aspecto, em função do crescimento da indústria da construção civil no Estado, o governo deve propor a alteração da legislação estadual, do PDU e dos PDM's relativamente a todas as obras licenciadas pelo Governo do Estado e pelas municipalidades, que possuam três pavimentos ou mais, ou que não sendo residenciais, sejam consideradas de médio e grande porte, deverão observar as compensações para garantir um efeito carbono zero.

Reivindicamos que o governo do Estado crie estrutura na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, com capacitação e equipamentos próprios do Estado, para monitorar e controlar de maneira independente as emissões provocadas pelas grandes corporações sediadas no Estado. Também através do IEMA, o governo do estado deve criar Agência de Bacias Hidrográficas, entidade executiva, administrativa, financeira e técnica, de apoio aos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas, para que possam cumprir suas atribuições legais diminuindo assim o processo de desertificação em curso

Reivindicamos ainda que governo não permita a ampliação das plantas industriais cuja matriz energética seja o carvão mineral e o petróleo, estimulando a geração de energias de fontes limpas. Deve-se observar ainda e sempre a disponibilidade hídrica quando do licenciamento de grandes projetos hiperconsumidores de água. Da mesma forma, não deve o governo permitir que tais projetos de plantas industriais sejam realizados próximos a cidades do litoral.

Somos favoráveis e defensores da implantação do *ICMS Ecológico* e entendemos que o governo deve promover a conclusão das discussões em torno da formatação de um projeto de lei que institua o ICMS Ecológico, a fim de promover, através de incentivo próprio, a política de sustentabilidade nos municípios capixabas, com proteção de



reservas, entre outras medidas de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento da consciência ecológica.

Entendemos ainda a necessidade de gestões públicas no sentido de Fortalecimento das empresas e entidades com atuação na área de saneamento, bem como estabelecer, implementar parcerias, Tecnologia, Gestão pública na área de Saneamento e meio ambiente.

#### 16) ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Reivindicamos ao governo do Estado que, juntamente com os Movimentos Sociais, proceda a formação de uma Comissão Técnica para a elaboração do Regimento Interno previsto na Lei 7.935/04, que institui o Orçamento Participativo no Estado do Espírito Santo como ponto de partida para a criação do Conselho Estadual do Orçamento Participativo, conforme artigo 13 da referida Lei.

#### 17) REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

Os movimentos sociais reivindicam ao governo do estado que sejam realizados concursos públicos para provimentos de cargos no Poder Executivo e nas empresas públicas estaduais. O imenso número de trabalhadores contratados em regime de Designação Temporária mostra um poder público que não cumpre a Constituição Federal que determina tais contratações em casos de “excepcionalidade”. Educação, saúde, segurança, autarquias, enfim, vários setores da administração contam hoje com defasagem em seus quadros de funcionários. Por entendermos que o concurso público é a forma mais justa e transparente de ingresso no serviço públicos reivindicamos ao governo do estado que se extinga a política de nomeações por apadrinhamento político ou por acordos partidários, sendo os cargos de função pública preenchidos através de concurso público.

#### 18) GARANTIA DO BANESTES E CESAN PÚBLICOS

Os movimentos sociais capixabas reivindicam ao governo do Estado o compromisso de garantia de manutenção do Banestes e da Cesan na condição de empresas públicas estaduais. Movimentos às vezes sutis ou às vezes ostensivos deixam à mostra de tempos em tempos o grau de interesse em torno da privatização dessas duas importantes empresas públicas. O Banestes tem uma capilaridade e uma função de agente de desenvolvimento que abarca todo o Estado e é importantíssimo na consolidação de um estado forte e economicamente viável. A Cesan trabalha com dois importantes aspectos da saúde pública que são a água e o saneamento, o que por si só justifica sua manutenção como empresa pública e de interesse social.



O governo deve promover a participação efetiva da sociedade organizada nos conselhos deliberativos e administrativos das empresas públicas (Cesan, Banestes, etc), transformando o Conselho consultivo em deliberativo, passando o mesmo a agir como , Agencia Reguladora de serviços estaduais (ARSE).

#### 19) CRIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPORTES

Reivindicamos ao governo do Estado a criação do Conselho Estadual de Transporte, com composição paritária e com premissas deliberativas, a fim de lançar um olhar mais aprofundado para todo o sistema de transporte público em nosso estado. Constarão de suas atribuições estudos sobre preços de passagens de coletivos municipais urbanos, acompanhamento de estudos sobre mobilidade urbana, apresentação de propostas sobre a ampliação da malha de transporte público, entre várias outras. A criação de conselhos com participação popular, vale lembrar, é compromisso com a democracia.

#### 20) CRECHES – DIREITO DA CRIANÇA E DEVER DO ESTADO

A presidente Dilma frisou em sua campanha eleitoral o seu compromisso com a construção de creches em todo o país. A creche é direito fundamental da criança, pois promove sua socialização através do convívio precoce com outras crianças, além de configurar-se em direito da mulher trabalhadora, que precisa deixar seu filhos sob cuidados no período em que fica no trabalho. Diante do exposto, os movimentos populares reivindicam do governo do Estado uma política de investimento para a ampliação de redes de creches e pré-escolas nas áreas urbanas e rurais, para crianças de 0 a 6 anos, por intermédio da Secretaria de Educação, garantindo a integração das redes de ensino e a universalização do atendimento, respeitando prazos dos conselhos municipais de Educação conforme peculiaridades locais, incluindo programas de atendimento a crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

#### 21) NÃO À USINA NUCLEAR

Reivindicamos ainda que o governo do Estado rechace qualquer intenção de se implantar em território capixaba uma usina nuclear, tal como noticiado recentemente. Entendemos que nosso estado já colabora substancialmente para a geração de energia do país através do petróleo extraído em nossas bacias, o que já gera um risco considerável de danos ambientais. Dessa forma, não aceitaremos a implantação de uma planta nuclear a gerar mais riscos a nosso meio ambiente e nossa população.

#### 22) DIA DO TRABALHADOR

Os movimentos sociais reivindicam ao governo do Estado que o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora seja incluído no calendário oficial do Estado como um dia de organização da classe trabalhadora, a fim de que ela possa, de todas as formas possíveis, participar das atividades que seus sindicatos ou suas centrais convocarem, bem como outros movimentos dos quais faça parte. Nesse sentido, reivindicamos ao governo do Estado que nesta data a circulação de ônibus na Grande Vitória seja gratuita, o que permitirá aos trabalhadores um dia de lazer, de descanso ou de renovação de seus compromissos com a classe trabalhadora.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E MOVIMENTOS POPULARES  
DO ESPÍRITO SANTO